

É hora de retomar a luta pelo PCS e pela implementação da carreira do Judiciário Federal

Os servidores do Judiciário Federal do Rio e em todo o país retomam as mobilizações para aprovação do PL 6613, após luta árdua em 2010. Para a direção do Sisejufe, é preciso aproveitar o acúmulo de trabalho e de mobilização construídos juntamente com a categoria ano passado e em 2011 retomar a luta para a aprovação do PL 6.613/2009, com estratégia renovada. O Sisejufe reiniciará as mobilizações e junto com a Fenajufe encaminhará ações para aprovar e implantar o projeto o mais brevemente possível.

Para garantir a implementação, algumas tarefas devem ser cumpridas, e a categoria precisa retomar o espírito de luta com toda a disposição. A luta é pela criação das condições orçamentárias para que o PCS seja aprovado e implantado ainda no exercício 2011. Também é preciso cobrar do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, e demais presidentes de tribunais superiores, o compromisso com a aprovação do projeto, além da defesa da autonomia financeira e administrativa do Judiciário.



Foto: Henri Figueiredo

Categoria mobilizada: para garantir a aprovação do PCS servidores retomarão a luta em 2011

Além disso, é fundamental manter a articulação com parlamentares que dão apoio ao PCS desde o início da luta da categoria para a formação de uma frente pela aprovação do PL 6.613.

“Temos que ter esse compromisso. Até porque, durante todo o ano passado, tudo o que foi dito pelo ministro Cezar Peluso não se concretizou. Faltou empenho na defesa por parte dele”, diz Valter Nogueira Alves, diretor do Sise-

jufe e coordenador da Fenajufe.

Existem outras tarefas importantes e que devem ser construídas pela Fenajufe e os sindicatos filiados, entre elas retomar a pressão sobre a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara e a comissão de Orçamento do Congresso com vistas à obtenção dos créditos orçamentários necessários a aprovação do projeto e buscas de pontos para interlocução com a nova ministra do Pla-

nejamento, Mirian Belquior. O objetivo é superar bloqueios deste ministério à aprovação e dar seguimento à movimentação do PCS.

Mas as tarefas devem ir além da aprovação do PCS e ter como horizonte a bandeira de criar a carreira no Judiciário. Se neste momento a centralidade é a implantação do plano, mas devemos levar em conta que logo após a aprovação, a categoria deve voltar à construção da carreira para

que não venha a fazer o debate novamente pela necessidade de novos reajustes salariais.

A luta pela reposição e aumento é contínua, mas sem a definição da carreira e seus mecanismos de desenvolvimento expira os efeitos na tabela assim que recebemos a última parcela. É preciso virar o jogo e conquistar um novo momento na vida funcional, e isto exige nova marca para condução das nossas lutas. Assim, consideramos que hoje a centralidade na luta é pela aprovação do PCS. Só que não podemos perder de vistas que a legislação atual está longe de constituir como plano de carreira.

Autorização de créditos suplementares mantida

A pressão dos servidores no fim do ano passado garantiu avanços antes do recesso do Legislativo. Após grande articulação da Fenajufe, a proposta orçamentária foi aprovada na Comissão Mista com a emenda que contempla a eventual aprovação do PCS, autorizando o Poder Executivo a abrir crédito suplementar para a revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal.

Justiça Solidária

Saiba como ajudar as vítimas das enchentes da Região Serrana do Rio de Janeiro

A situação na Região Serrana do Rio de Janeiro é de calamidade e as vítimas precisam da ajuda e solidariedade de todos. Os servidores das Justiças Federais no Rio e o Sisejufe estão mobilizados para receber, a partir de sexta-feira, 14 de janeiro, donativos para as vítimas das enchentes.

Os funcionários podem doar artigos de higiene (sabonete, pastas e escovas de dentes, absorventes, fraldas), alimentos não perecíveis, água mineral, colchões, roupas e cobertores. O sindicato já doou 10 mil litros de água mineral. Tudo o que for arrecadado será enviado para a Cruz Vermelha.

Subseções do interior também podem aderir à campanha recolhendo doações e enviando para os postos de arrecadação da Defesa Civil. Os servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também já mobilizaram uma campanha de doação em todas as sedes.

Confira os locais de doação

Justiça Federal: nos Anexos I e II (Av. Rio Branco) e no Hall do bloco B (Av. Venezuela).

Tribunal Regional Eleitoral: No hall do elevador e próximo à segurança.

Tribunal Regional Federal: haverá um representante do Si-

sejufe à porta do tribunal, com uma caixa para depósito dos donativos.

A doação de sangue também é fundamental. Para doar, você pode se dirigir ao Hemório, que fica na Rua Frei Caneca 8, Centro do Rio.

LEIA TAMBÉM

Oficiais de Justiça lutam por aposentadoria especial

Página 2

Sindicato pede interdição do prédio da JF Rio Branco

Página 3

Uma noite azul e branco da Família Portelense no botequim

Páginas 4 e 5

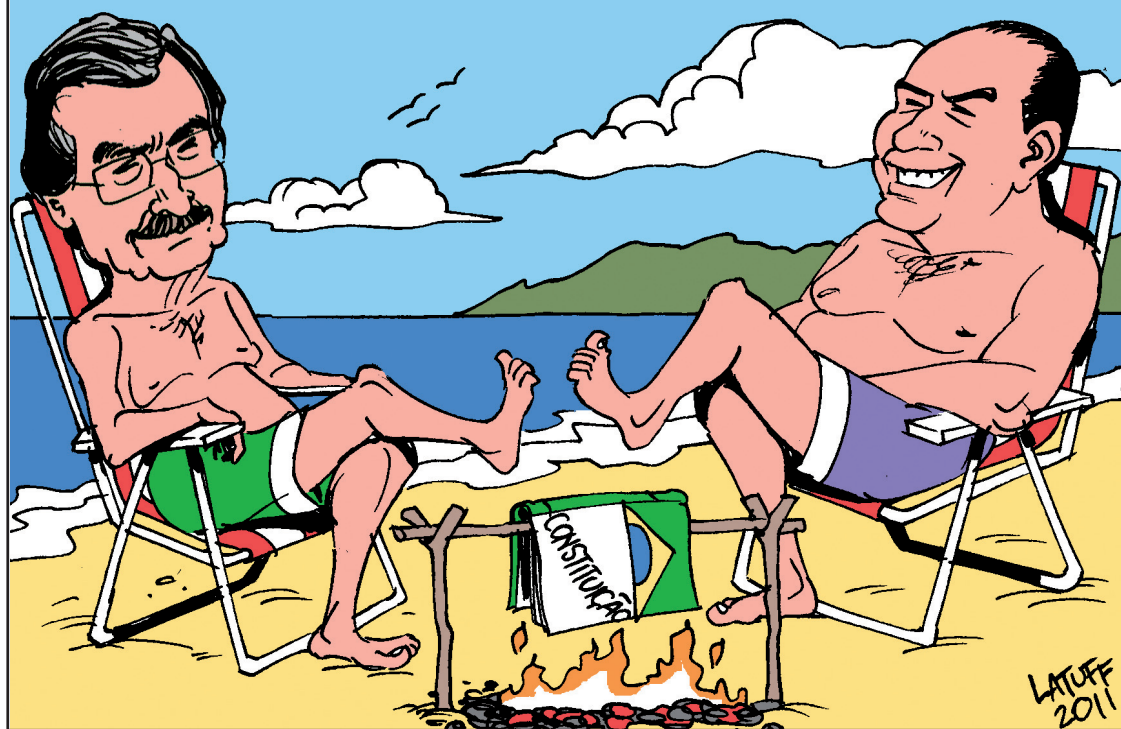
CNJ diminui pressão no cumprimento das metas

Página 6

CUT homenageia militantes que combateram a ditadura militar

Página 7

CASO BATTISTI: PELLUSO CONVIDA BERLUSCONI PARA UM CHURRASQUINHO...



Volta às aulas! Cursos de espanhol e inglês com matrículas abertas

Tudo pronto para a retomada das aulas nos cursos promovidos pelo Sisejufe. O Departamento de Cultura, Formação, Esporte e Lazer do sindicato já definiu o calendário dos cursos de espanhol e de inglês para 2011. Quem quer aprender espanhol e já tem algum conhecimento prévio da língua de Servantes, pode se inscrever nas turmas que recomeçaram as aulas em 12 de janeiro.

São duas turmas, uma às quartas-feiras, às 18h30min, e

outra aos sábados, às 8h. As aulas serão ministradas na sede do sindicato, na avenida Presidente Vargas 509, 11º andar. A mensalidade do curso é R\$ 70. O material didático não está incluído.

Já o curso de inglês para iniciantes terá início em 15 de fevereiro.

As aulas serão todas as terças-feiras, das 19h às 21h30, na rua Senador Dantas 117, sala 1541. Mais informações no telefone 2215-2443.

Sindicato vai intensificar luta para garantir aposentadoria especial

Oficiais de Justiça

Categoria não tem garantia de benefícios dos servidores que exercem atividade de risco

Os oficiais de justiça e a direção do Sisejufe vão intensificar a luta pela inclusão desses servidores no substitutivo do Projeto de Lei Complementar 330, de 2006, e do Projeto de Lei Complementar 554, de 2010, aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), que tratam da regulamentação da concessão de aposentadoria especial aos policiais e aos servidores públicos que exerçam atividade de risco, respectivamente. Os oficiais de justiça não são contemplados nas duas propostas.

“Os oficiais de justiça esperam solução definitiva para a regulamentação da aposentadoria especial. Há um ano aguarda-se decisão do STF sobre o Mandado de Injunção 833, impetrado pelo Sisejufe. O substitutivo aprovado no Projeto de Lei Complementar 554, de 2010 se aproxima do que se esperava obter com decisão favorável do Supremo, mas não é o que desejávamos”, resalta Marcio Cotta, diretor do Sisejufe e integrante do Núcleo de Oficiais de Justiça do sindicato.

Para o dirigente, a categoria não pode mais conviver com essa incerteza e diz que a única saída é a mobilização para pressionar o

Legislativo. “Continuamos sem usufruir de um direito que já poderia ter beneficiado muitos oficiais de justiça desgastados pelo estresse cotidiano dessa atividade exercida em meio aos perigos e sem o devido apoio da Administração. Os servidores precisam começar a mobilização junto ao Legislativo para ver esse segmento incluído no projeto de lei, cobrando, melhorias no seu texto para garantir o direito da forma mais justa”, afirma.

O assessor jurídico do Sisejufe, o advogado Rudi Cassel, também destaca ser necessário haver mobilização. “Como precaução, é necessária a mobilização dos oficiais de justiça, através de suas entidades representativas, para buscar, junto ao relator no plenário, a inclusão na proposta de lei complementar de disposição que contemple as atividades exercidas pelos oficiais de justiça como de risco, para fins de concessão da aposentadoria especial”, diz.

O assessor avaliou, mais especificamente, o substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, quando votou o parecer do relator da Comissão, deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ).

Segundo Cassel, “é certo que

a definição do rol de atividades consideradas de risco, para fins de concessão da aposentadoria especial, tal como posta nos projetos originais e no substitutivo atualmente em tramitação, restringe a concessão do benefício às categorias ali referidas, excluindo uma série de cargos outros com atribuições similares nos diversos órgãos da pública administração”. Ele lembra que o projeto de lei complementar tramitou pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e, após, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), nas quais foram aprovados substitutivos que alteravam a Lei Complementar nº 51, de 1985, que atualmente dispõe sobre a aposentadoria dos policiais. O PLC 554 foi apresentado pelo Executivo, no intuito de regulamentar a concessão de aposentadoria especial aos servidores que exerçam atividades de risco, nele definidos como sendo a de polícia e a exercida no controle prisional, carcerário ou penitenciário e na escolta de preso.

Para Rudi Cassel, no que se refere aos requisitos para a concessão da aposentadoria, traçando-se um paralelo com a aposentadoria especial dos trabalhadores que trabalham em condições

especiais – cuja regulamentação (Artigo 57, da Lei 8.213, de 1991) vem sendo aplicada aos servidores públicos por força de decisões proferidas pelo STF em mandados de injunção –, tem-se que o benefício deveria ser concedido à vista do preenchimento dos 20 (vinte) anos de exercício na atividade de risco, sem exigir-se 30 (trinta) anos de contribuição. “Esse, portanto, outro ponto cuja alteração se entende pode ser sugerida junto aos parlamentares”, diz.

O assessor jurídico explica que a redação final do substitutivo não contempla os oficiais. “O sindicato sob nossa assessoria apresentará a proposta de emenda, que reúne os pontos discutidos. Como recomendação final, sem prejuízo das ingerências para que os mandados de injunção produzam o melhor resultado possível, devem-se empreender todos os esforços possíveis para que os oficiais de justiça integrem o substitutivo apresentado pela CSPCCO”, afirma.

Entre os pontos que beneficiarão os servidores, ele lista alguns: viabilizar aos oficiais o exercício do direito à aposentadoria especial prevista no Artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição, com proventos alcançados pela inte-

gralidade e paridade plenas, independente de idade mínima; viabilizar aos oficiais, no tocante à aposentadoria por idade (a partir dos 65 anos para homem e 60 anos para mulher), compulsória (70 anos) e por invalidez, proporcionais ao tempo de contribuição, o exercício do direito a que os valores sejam calculados a partir da última remuneração percebida em atividade, com resguardo da paridade, tendo por tempo integral de referência o tempo especial; diante da ausência de requisito de exclusividade no Artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição da República, viabilizar a conversão do tempo especial em tempo comum ou outro tempo especial, para averbação em outra atividade, bem como permitir a conversão do tempo comum anterior a abril de 1995 em tempo especial de risco; viabilizar o direito ao abono de permanência aos oficiais que optarem pela continuidade do trabalho, quando atingirem os requisitos da aposentadoria especial, uma vez que esta não é compulsória.

Imprensa e Departamento Jurídico do Sisejufe.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Max Leone.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,6 mil exemplares.

Sisejufe pede interdição do prédio da JF, da Avenida Rio Branco, à Vigilância Sanitária

SJRJ Problemas no sistema de refrigeração faz servidores sofrerem com calor de 35°C

Tatiana Lima*

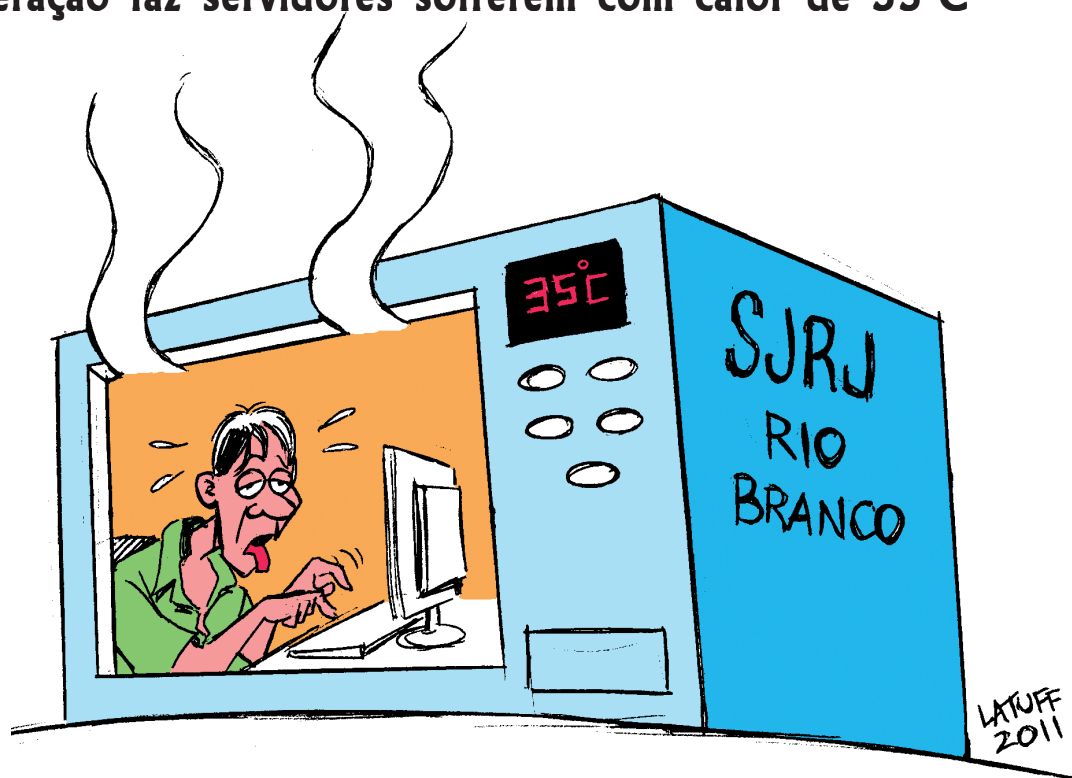
Rio 35° graus. Essa é a realidade das condições de trabalho dos servidores lotados no Foro da Justiça Federal, na Avenida Rio Branco. Várias denúncias de funcionários que chegaram por telefone e na caixa de e-mail do Sisejufe, desde 10 de janeiro relatam o calor insuportável a que eles estão sendo submetidos durante o expediente devido a problemas no sistema de refrigeração. "A temperatura aqui logo pela manhã, já está por volta dos 35° C. À tarde, o problema piora. Não há como trabalharmos nessas condições insalubres", descreve uma analista judiciária, que mediu a temperatura do seu local de trabalho usando um relógio com a função termômetro e pediu para não ser identificada. Com o quadro caótico e "verão profissional carioca" dos servidores que trabalham nas varas da SJRJ, o Sisejufe entrou com um requerimento de interdição do Foro junto à Superintendência Municipal de Vigilância Sanitária em Locais e Ambientes (SVSLA).

O pedido foi protocolado (09/920312/2011) em 11 de janeiro, pelo coordenador da Fe-najufe e diretor do Sisejufe Valt-er Nogueira Alves. No docu-

mento, o sindicato alega falta de condições de trabalho com base na portaria nº 3525, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que regulamenta a qualidade de ar nos ambientes climatizados. O documento cita o Artigo 2º do Decreto 22.281, de novembro de 2002, que regula a Lei 3.391 e normatiza as exigências de funcionamento de sistema de ar condicionado e ventilação mecânica interna de prédios, seja em órgãos municipais ou federais. De acordo com o artigo, a refrigeração interna de instalações precisa estar funcionando de forma satisfatória, evitando a ocorrência de "ruídos, (...) calor (...) e outros inconvenientes a terceiros".

A partir do pedido do sindicato, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), Paulo Espírito Santo, suspendeu o funcionamento das varas cíveis, localizadas no Anexo II, em 11 de janeiro, por meio de portaria "em função da inoperância do sistema de refrigeração". No dia seguinte, foi o corregedor do TRF, Sergio Schwaitzer, que após verificar pessoalmente o ambiente insalubre de trabalho a que os servidores estão expostos, suspendeu novamente o funcionamento.

*Da Redação.



Sindicato acompanha pedido

No mesmo dia, o sindicato esteve na Vigilância Sanitária para acompanhar o andamento do pedido de interdição e pressionar a execução. O Sisejufe entrou em contato com a assessoria do vereador Reimont (PT), para que interceda junto ao subsecretário de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses, Arnaldo Lassance, para garantir mais agilidade no encaminhamento do processo.

Segundo a Vigilância Sanitária, o requerimento foi encaminhado para o setor de engenharia responsável. A assessoria do vereador informou que o subsecretário ga-

rantiu que a visita do engenheiro acontecerá até 18 de janeiro.

Durante a semana, a Direção do Foro mandou consertar uma bomba hidráulica alegando que resolveria o problema. Porém, na prática, o conserto é um paliativo. De acordo com mensagens enviadas por servidores a situação insalubre de trabalho nos prédio do Foro permanece. "Continua a agonia dos servidores da Justiça nas varas superaquecidas. Nunca pensei em passar por tal situação em um prédio da Justiça Federal", diz um e-mail. Outra servidora, ainda traça a continuidade do quadro

caótico. "Mesmo com a troca da bomba a temperatura ambiente chega aos 32° C, com sensação térmica maior. O problema estar sendo considerado como resolvido, mas não foi", conclui.

A direção do Sisejufe tenta marcar reunião com a secretaria geral da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), Patrícia Longhi, responsável pela administração do Foro, desde 10 de janeiro. Mas até agora não obteve resposta.

Foi como um servidor escreveu na denúncia: "Enquanto as providências supostamente são tomadas, os servidores assam".

Manifestação na Augusto Severo reúne 100 servidores em defesa da segurança

TRT Falta de manutenção dos equipamentos provoca queda de elevador ferindo funcionários do tribunal

Um ato público marcou, no dia 17 de dezembro, a manifestação dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na Avenida Augusto Severo, no Centro, contra o mau funcionamento e a falta de manutenção dos elevadores do prédio do tribunal. Organizado pela direção do Sisejufe, o protesto contou com a participação de pelo menos 100 servidores revoltados com os problemas dos equipamentos. Em episódio recente, no dia 15 de dezembro, um dos elevadores caiu do G-2 e foi parar no subsolo. Dez pessoas estavam

na cabine. Por sorte, nenhum servidor se feriu gravemente, já que a diferença de um andar para o outro é de apenas um nível. Relatos de funcionários mostram que não foi a primeira vez que servidores e jurisdicionados levam um susto ao usarem os elevadores.

Entre os manifestantes estavam os diretores do Sisejufe Willians Faustino de Alvarenga e Vera Lucia Pinheiro dos Santos, além de servidores do TRT, funcionários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cuja sede fica no mesmo prédio, e pessoal

terceirizado. Faustino enfatizou a necessidade da categoria se manifestar contra as péssimas condições dos elevadores. "Um trabalhador correr risco de vida é algo inadmissível! É preciso que se garanta as condições adequadas de trabalho aos funcionários e demais pessoas que transitam no prédio", declarou. O servidor Sérgio Feitosa, também ressaltou que "só com a união e a mobilização da categoria é possível conseguir respostas". Representantes da Associação dos Servidores e Demais Trabalhadores da ANS (Assetans) também

participaram do ato e, juntamente com o Sisejufe, reivindicaram por melhorias na manutenção.

Durante a atividade, a diretora sindical Vera Lúcia Pinheiros dos Santos fez a leitura de um ofício, no qual o Sisejufe solicita à Presidência do TRT providências em caráter de urgência para o problema dos elevadores, além de outras reivindicações de melhorias na infraestrutura da unidade. O documento foi aprovado pelos participantes do ato. Ao final do ato, os participantes decidiram ainda que as entidades presentes no protesto além de

encaminhar o ofício à Presidência do TRT, remeteriam o documento ao Corpo de Bombeiros e ao Banco do Brasil, instituição responsável pelo prédio. Ainda, foi eleita uma comissão de seis servidores cujo objetivo será agendar reunião com a nova presidente do TRT, Maria de Lourdes Sallaberry, para pleitear melhorias das condições de trabalho e infraestrutura do tribunal da Avenida Augusto Severo. A reunião deverá acontecer no início do ano deste ano.

* Da Redação.

“Foi um Rio que passou no Botequim do Sisejufe”

Velha Guarda Festa organizada pelo sindicato reúne 400 pessoas que se deixaram levar pelo samba



Com espírito de resgate e resistência, de fazer música de qualidade, com muita folia, diversão e arte, o 19º Botequim do Sisejufe apresentou, dia 10 de dezembro, uma verdadeira pérola aos servidores. O sindicato promoveu uma noite em azul e branco, com o Encontro da Família Portelense. A Velha Guarda da Portela desfilou todo seu talento e garbo, junto com o mais importante sambista da nova geração Marquinhos de Oswaldo Cruz. Com dois Cds já lançados, Marquinhos é criador do samba no trem, do evento do dia Nacional do Samba, do retorno da feijoada da Portela, dentre outros eventos de revitalização da cultura popular.

Quando Monarco, Surica e Áurea, junto com toda a Velha Guarda começaram a cantar, "Vem para Portela iaíá, vem para a Portela ioio, terás o céu, amor e paz no coração", ninguém conseguiu ficar parado.

Muitos, solitários ou não, fizeram coro ao dizer que só o seu amor fosse um amor de verdade, eu não podia e nem querer ter maior felicidade. Marquinhos mandou embora quem não queria sambar, dizendo para ir embora quem tinha hora marcada pois o samba vai correr a madrugada. A família Sisejufe nesta noite virou família portelense, repetindo que a escola é uma família reunida. E quem estava triste, levantou e sambou, na hora que Monarco pregou, acabe com esta tristeza e vem comigo conhecer a Portela, o samba fez um milagre no coração dos que estavam tristes e saudosos, e reabriu os corações para a Portela entrar.

Mais de 400 pessoas não ficaram paradas. Os guardiões do samba e das tradições portelenses podem ter idade, mas não são de maneira nenhuma idosos que vivem do passado. Com uma energia e uma animação de dar inveja, fizeram a Galeria dos Empregados do Comércio explodir, quando cantaram os sambas enredo. Uma brisa marinha invadiu o espaço, quando todos cantaram em coro, "E lá vou eu, pela imensidão do mar, esta onda que corta a avenida de espumas". Casais prometiam que a noite iria continuar com carícias sensuais, quando a Velha Guarda relembrou o "Gosto que me enrosco" de 1995, e prometiam que a



Mestre Monarco, Tia Surica e Áurea: dão início a grande festa azul e branco

magia da noite ia durar depois, cantando gosto que me enrosco de fazer amor, me joga seu perfume que hoje eu tô que tô. Em seguida, a Velha Guarda cantou "Ô abre alas", deixando a Portela passar, em voz que não se cala, com canto de alegria no ar.

Como não se emocionar. Alguns tiveram lágrimas nos olhos e até Jarizinho, o Furacão da Copa de 70, apareceu, cantou, sambou e foi homenageado, junto com os funcionários da Imprensa do Sisejufe (Tatiana Lima e Henri Figueiredo, que foram premiados em segundo e terceiro lugar, na categoria impresso, na 4ª edição do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, do Conselho Regional de Serviço Social). Nin-

guém queria que a festa acabasse, depois de mais de duas horas de samba ininterrupto.

Como não cair na gandaia, quando Monarco com sua trinitoante voz poeticou, "Eu quis te dar um grande amor, mas você não se acostumou a vida de um lar, o que você quer é vadiar". Áurea disse que prefere a liberdade, quero viver como um passarinho, cantar voar sem direção.

Para fechar a noite, um pout porri de grandes sambas da escola, Clara Nunes, com certeza foi lembrada, e incendiou a quadra, ou melhor a galeria, quan-

do todo mundo cantou "Okê, Okê, Oxossi, faz nossa gente sambar, okê, okê, Natal, Portela é canto no ar. Jogo feito, banca forte, qual foi o bicho que deu, deu Águia símbolo da sorte".

Emocionados, sorridentes, enamorados, apaixonados pela Velha Guarda, que se despediu, e demorou muito tempo a sair do palco, dada as inúmeras solicitações de fotos e autógrafos.

Aproveitaram para cantar o hino da Portela, cujas cores estão na bandeira do Brasil e no céu também, e aquela música que para muitos já virou um hino, de Paulinho da Viola: "Era dia de carnaval, eu carregava uma tristeza, não pensava em novo amor, quando alguém que não me lembro anunciou, Portela, Portela, o samba trazendo alvorada, meu coração conquistou. Ah, minha Portela, quando eu vi você passar, sentir meu coração apressado, todo meu corpo tomado, minha alegria voltar. Não posso definir aquele azul, não era do céu, nem era do mar. Foi um rio que passou em minha vida, e meu coração se deixou levar!"

A Velha Guarda da Portela desfilou todo seu talento e garbo, junto com o mais importante sambista da nova geração Marquinhos de Oswaldo Cruz, criador do samba no trem, do evento do dia Nacional do Samba e do retorno da feijoada da Portela

*Da Redação.





Família Portelense reunida: cantores e pastoras da Velha Guarda sacodem o Botequim do Sisejufe



Sorteio: Marco Antonio Pinto, técnico da SJRJ, ganhou uma viagem a Porto Seguro

Um evento de resistência cultural

O Botequim do Sisejufe não é só uma festa. É um evento de resistência cultural e que tem a intenção de levar à categoria o melhor da cultura popular brasileira. No Botequim todos os ritmos brasileiros são tocados, samba, bossa-nova, chorinho, frevo, e até os menos conhecidos, afro-sambas, maxixe, coco, xote, jongo, ciranda. Algumas vezes misturamos e trazemos também o melhor do rock nacional, mas sem perder nossa identidade e nosso intuito, que é o de resgatar, valorizar nossa cultura, trazendo o

que há de melhor, entre o velho e o novo. Por conta disto já passaram seus talentos no Botequim, Chico César, Diogo Nogueira, Marquinhos de Oswaldo Cruz, Orquestra Tabajara, Nilze de Carvalho e Sururu na Roda, Galocantô, Orquestra Republicana, Roberta Nistra, Pedro Holanda, Orquestra Republicana, Lisa de Ambrois; em resumo uma verdadeira constelação musical do melhor da moderna MPB.

Também demos chance à pra-ta da casa, com Du Basconça, Roda Carioca e Marafos.

Uma brisa marinha invadiu o espaço, quando todos cantaram em coro, "E lá vou eu, pela imensidão do mar, esta onda que corta a avenida de espumas". Casais prometiam que a noite iria continuar com carícias sensuais, quando a Velha Guarda relembrou o "Gosto que me enrosco" de 1995, e prometiam que a magia da noite ia durar depois, cantando gosto que me enrosco de fazer amor, me joga seu perfume que hoje eu tô que tô. Em seguida, a Velha Guarda cantou "Ô abre alas", deixando a Portela passar, em voz que não se cala, com canto de alegria no ar.



Jairzinho, o Furacão da Copa de 70, é homenageado no palco



Tatiana Lima apresenta os prêmios da Imprensa do Sisejufe

Grito de Carnaval dia 25 de fevereiro

O Departamento de Cultura, Formação e Esporte do Sisejufe já começa a esquentar os tambores para o Carnaval de 2011. O 20º Botequim do sindicato será um grande baile com grito de Carnaval. A cantora Dorina comandará a festa. Com 15 anos de carreira, Dorina tem seis CDs lançados. O mais recente é “Samba de Fé”, que conta com participações de Beth Carvalho, Luís Carlos da Vila, Ana Costa e Mauro Diniz, filho de Monarco da Portela.

O pré-carnavalesco do Sisejufe será no dia 25 de fevereiro. O local ainda será definido e divulgado em breve.

CNJ reduz pressão sobre tribunais e servidores

Metas Mas as diretrizes de 2010 não alcançadas ainda serão cobradas pelo conselho

Tatiana Lima*

O ano de 2011 será menos tenso. Pelo menos é o que promete as metas estatísticas formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o Poder Judiciário. O conselho adotou novos rumos e reduziu a pressão sobre os tribunais, servidores e magistratura. Desta vez, as diretrizes estão menos inalcançáveis e foram estipuladas com a preocupação de abranger as diferenças regionais. Elas têm o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional e uniformizar o planejamento estratégico dos tribunais.

Um exemplo é a que trata da celeridade. Será a única que poderá ser medida objetivamente: julgando durante o ano um número de processos maior que o de ações que deram entrada no tribunal ou vara, mais uma parte

do acervo. Até a definição dos objetivos para 2011, as metas de celeridade determinavam o julgamento de um conjunto de processos específicos.

Os objetivos foram divididos em dois blocos. O primeiro deles estabelece metas para a Justiça como um todo: conciliação e gestão, modernização, celeridade e responsabilidade social. Já as metas específicas preveem focos a serem alcançados por cada segmento da Justiça.

Entre as metas gerais está a de “julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque”. Outra, apontada pelo CNJ, foi a de desenvolver programas de esclarecimento do público em relação à Justiça.

De acordo com o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Antonio Carlos Alves Braga Junior, as metas para 2011 têm intenção me-

lhorar a rotina dos operadores da Justiça, sendo facilmente gravadas por eles. "Nesse aspecto, as novas metas têm um aspecto de comunicação com a sociedade para que todos tenham na memória os objetivos nacionais, que também têm um acompanhamento maior da mídia", pondera o juiz.

Contudo, as mudanças de rumos do CNJ, não exclui o acompanhamento das metas que não foram inseridas nos objetivos nacionais do próximo ano. O planejamentos do sa nos anteriores seguem monitorados pelo conselho. “O cumprimento das metas de

2009 e 2010 continuarão sendo cobradas. Como são diferentes, não podem ser comparadas com as de 2011”, esclarece o juiz.

* Da Redação com informações de Consultor Jurídico.

Confira as metas para 2011

Conciliação e gestão

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Modernização

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parce-

la do estoque, com acompanhamento mensal.

Responsabilidade social

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Justiça do Trabalho

Criar um núcleo de apoio de execução.

Justiça Eleitoral

Disponibilizar nos sites dos Tri-

bunais Regionais Eleitorais (TREs) até dezembro de 2011 o sistema de planejamento integrado das eleições.

Implantar e divulgar a “carta de serviços” da Justiça Eleitoral em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau (Zonas Eleitorais) em 2011.

Justiça Federal

Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

STJ mantém condenação da União em relação aos quintos

Os servidores que têm quintos incorporados tiveram uma boa notícia no fim de 2010. O Recurso Especial interposto pela União, visando rever a sua condenação, foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mantendo a decisão de 1ª instância, que garante o pagamento dos quintos. Ainda cabem embargos de declaração pela União.

Na decisão, a União foi condenada a atualizar as parcelas de quintos incorporados pelos servidores até 04/09/2001; incluir na remuneração dos ser-

vidores as VPNIs relativas aos quintos incorporados e pagar os reflexos dessas incorporações tanto no 13º salário como nas férias. Todo o pagamento, segundo a sentença de 1ª instância, pode ser feito em folha de pagamento.

Após essa primeira vitória, foi feita pedido de majoração dos juros para 1% ao mês, enquanto a União buscava a reforma na sentença, a fim de não ser condenada. Ambas apelações foram negadas.

Ainda buscando a reforma da decisão, a União recorreu ao STJ

por meio do Recurso Especial, uma vez que o Agravo Legal foi negado pela Turma julgadora do TRF. O Recurso Especial foi indeferido no começo de dezembro de 2010, mas só foi publicado no dia 14 do mesmo mês. De acordo com o Sintrajud, quando o processo retornar à 22ª Vara Federal o sindicato vai requerer a expedição de ofício aos tribunais para que informem o crédito de cada servidor representado na ação, para iniciar a execução. Fonte: Sintrajud

Auxílio-alimentação da Justiça do Trabalho passa a ser de R\$ 630

Os servidores da Justiça do Trabalho, de primeiro e segundo graus, receberão a partir de janeiro deste ano um auxílio-alimentação no valor mensal de R\$ 630. O Ato 220/2010 que estabelece o novo valor foi assinado dia 14 de dezembro

do ano passado pelo presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Milton de Moura França.

Segundo o documento, o pagamento do benefício deverá observar os critérios definidos na Resolução 12, de 15 de de-

zembro de 2005 do próprio CSJT. O Ato 220 do conselho já está em vigor e o aumento do auxílio-alimentação sairá juntamente com a folha de pagamento deste mês para os servidores da Justiça do Trabalho.

TV Sisejufe no ar

Em fase experimental, e como projeto piloto, foi ao em dezembro a TV Sisejufe. A primeira edição traz entrevista com o advogado do sindicato Rudi Casel sobre demandas jurídicas. O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência, Ricardo Azevedo, também está na TV Sisejufe e fala sobre problemas dos

deficientes físicos na Justiça Federal. Há ainda entrevista com o presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, sobre o PCS. Devido a problemas técnicos, a entrevista com Ponciano está desatualizada em termos de cenário de PCS, mas vale à pena conferir nosso primeiro audiovisual. Fonte: CSJT

STF confirma impossibilidade de extinção da especialidade de segurança

Em decisão fundamental para a manutenção das atribuições definidas em lei para as carreiras, o Supremo Tribunal Federal (STF) impediu o desvio de função de servidores do Ministério Público da União concursados para as funções de segurança. O deferimento so STF segue a mesma linha da decisão obtida pelo Sisejufe no Tribunal de Contas da União (TCU) em 2008.

A matéria foi discutida no mandado de segurança 26.955, impedindo que a Procuradoria-Geral da República modificasse as atribuições dos assistentes de

vigilância, retirando-lhes a gratificação por atividade de segurança. A vitória segue o padrão jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do STF, contrários ao desvio de função, mas tem o mérito maior de ratificar precedente obtido no ano de 2008 pelo Sisejufe.

A decisão confirma o acerto no julgamento do TCU, quando o sindicato evitou que as especialidades de segurança e transporte fossem extintas e terceirizadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT). Fonte: Departamento Jurídico sisejufe

CUT homenageia os que combateram a ditadura

Geração 68

Ato na ABI faz aclamação dos heróis que lutaram pela liberdade e democracia no país

A Central Única dos Trabalhadores no Rio (CUT-RJ) preparou uma homenagem para as pessoas e as instituições que combateram a ditadura militar. No dia 13 de dezembro, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a noite foi marcada pela aclamação dos heróis da geração de 1968 e pelo repúdio à tentativa de criminalizá-los.

Abrindo o evento, o mestre de cerimônias, Adeilson Telles, integrante da Executiva Nacional da CUT, chamou ao palco o maestro Wagner Tizo e o violoncelista Márcio Malard. Com uma apresentação musical que tocou a todos, a dupla exibiu um repertório que empolgou a plateia. Na ocasião, foi lançado o prêmio Democracia e Liberdade Sempre, com o qual a CUT homenageará a partir deste ano pessoas e instituições destacadas na luta contra opressão e pela liberdade.

“Esta iniciativa da CUT vem se somar a vários esforços empreendidos pela Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos em defesa da memória dos que lutaram contra a ditadura. Não podemos esquecer das palavras do presidente Lula em 2008 durante solenidade do Dia da Consciência Negra, quando chamou de heróis todos que combateram a ditadura, citando, inclusive, os nomes de Carlos Marighella e Gregório Bezerra”, afirmou Maurício Grabois, coordenador da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, primeiro orador da noite.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, enfatizou a satisfação da central em receber homens e mulheres que lutaram e conquistaram tantos direitos para o povo brasileiro. “Nós não abrimos mão de uma coisa: o legado de 68 é um patrimônio da classe trabalhadora e do povo brasileiro”, disse Darby, depois de homenagear o ex-presidente do Sindicato dos Bancários em 1964, Aluísio Palhano, desaparecido político.

“Se a nossa revolução fosse vitoriosa, tenho certeza de que

hoje estaríamos ainda melhor. Aliás, é preciso dizer que faríamos tudo de novo. No entanto, hoje mudou o país, mudou a conjuntura, mudou o mundo. O esquisito é que nos tempos de Collor e FHC se dizia que 68 tinha sido muito legal. Hoje, quem era democrata virou terrorista”, denunciou Vladimir Palmeira, líder estudantil da época e ex-deputado federal.

O ator e ativista cultural Sérgio Mamberti criticou a forma absurda como foi tratada a militância revolucionária de Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral. “Lembrou a marcha com Deus pela liberdade de 1964.” Mas Mamberti se mostrou otimista com os destinos do Brasil e do continente, assinalando que a América do Sul despertou e está unida no processo de libertação. Sobre o papel da cultura neste processo, ele foi enfático: “a cultura é revolucionária por natureza”.

O professor Wanderley Guilherme dos Santos lembrou que não pertencia a 1968 e que era



Presidente da CUT Nacional, Artur Henrique: “É preciso democratizar as relações de trabalho no Brasil”

da pré-história de 1968. “Eu venho de 1964. Sabem o que aconteceu com o Iseb? Foi metralhado. Sabem o que aconteceu com o Ilacs? Foi metralhado. Sabem o que aconteceu com o IFCS da UFRJ? Foi metralhado. Acabei sendo expulso do magistério”, disse o professor, relatando as barbaridades da ditadura na área da educação. Mas o poder ditatorial se envergonha do poder. “A ditadura se esconde, mas nós não.”

Em nome das mulheres

Falando em nome das mulheres sindicalistas perseguidas pela ditadura, a ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Fernanda Carisio, chamou a atenção para a necessidade de cada militante cumprir seu papel na batalha da comunicação e da informação, para enfrentar campanhas como a dos setores conser-

vadores na eleição passada, quanto “todo mundo virou criminoso”. Fernanda fechou seu discurso saudando algumas mulheres combatentes, que já não estão entre nós, como Maria Augusta, a Guta, Heloneida Studart, Abigail Paranhos e Angela Borba.

O ex-ministro e atual dirigente do PT, José Dirceu, rebateu a versão de que foram os resistentes de 68 que pegaram em armas. “Quem pegou em armas foram eles. Ou seja, as Forças Armadas, que usurparam da atribuição legal da posse das armas para defender a sociedade e as usaram contra um governo constitucional e legítimo. Nós pegamos em armas para pelo menos resistir.”

“Dia 13 de dezembro de 1968, estávamos presos eu, o Travassos (que morreu num acidente de carro no Rio, no carnaval de 1982), e o Vladimir, entre outros. Aguar-

dávamos a decisão sobre um pedido de habeas-corpus em nosso favor. Aí veio a notícia do AI-5”, lembrou Dirceu.

Ao abordar os vários momentos da luta contra a ditadura, Dirceu lembrou que o povo já em 1974, época em que ele vivia clandestino no Brasil, derrotou a ditadura no voto. “Depois, em 1978, a ditadura baixou o pacote de abril para impedir que a oposição tivesse maioria no Senado. É importante dizer que nas ruas e nas praças se deram batalhas simbólicas. A questão era saber de quem eram as praças e as ruas, se eram nossas ou da ditadura. E nós ganhamos essa batalha. Aliás, nós sempre ganhamos da ditadura nas urnas e nas ruas”, ressaltou.

*Imprensa CUT-RJ.

Lançado o prêmio Democracia e Liberdade Sempre

O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, fez questão agradecer a todas as pessoas (funcionários e assessores da CUT e outras entidades envolvidas na organização do ato).

Para ele, a luta pela democracia é permanente: “Precisamos, por exemplo, democratizar as relações de trabalho no Brasil. Hoje a CUT, que trava esta e muitas outras lutas, tem o orgulho de anunciar o lançamento deste prêmio, que terá

o papel de lembrar as pessoas e instituições responsáveis por tantas conquistas. A todos o nosso muito obrigado por manterem acesa a energia e a chama da luta dos trabalhadores.”

A secretária de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Denise Motta Dau, leu o manifesto de lançamento do prêmio Democracia e Liberdade Sempre, pelo qual a CUT homenageará pessoas e instituições destacadas na luta contra opressão e pelas liberdades. Após a exibi-

ção de um vídeo sobre os anos de chumbo, a CUT prestou homenagens a algumas pessoas (extensivas a todos os homens e mulheres que combateram a ditadura).

Foram homenageados José Dirceu, Vladimir Palmeira, José Rodrigues (presidente da CUT-RN), Edmilson Martins (ex-dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio), Jorge Couto (bancário), Sérgio Mamberti, Jesse Jane (professora e ex-presa política), Joba Alves (MST), Augusto Cha-

gas (presidente da UNE), Eleonora Menecucci (professora e ex-companheira de cela de Dilma Rousseff), Vladimir Pomar (veterano militante comunista), Nilmário Miranda (ex-ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e atual presidente da Fundação Perseu Abramo), Fernanda Carisio (ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio) e o jornalista Maurício Dias, representando Mino Carta, diretor de Carta Capital.

“Reconheço o ato de escrever como uma atividade pública”

Prata da Casa

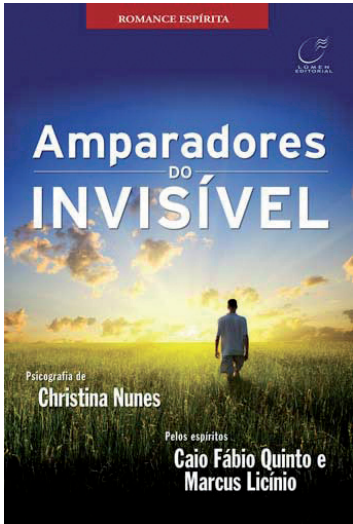
Servidora da Subsecretaria das Seções Especializadas do TRF já lançou seis publicações

* Tatiana Lima

A tijuicana Christina Nunes, técnica judiciária do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, começou a escrever ainda pequena. Poesias e crônicas faziam parte do seu dia a dia e preenchiam a página do caderno da menina Christina, mas tudo ficava em segredo. A família só tomaria conhecimento dos manuscritos anos depois, quando já adulta e formada em Letras pela Universidade Gama Filho (UGF), ela tomou coragem para mostrar o que escrevera à família. A recepção foi boa e a partir daí, não demorou muito para a servidora pagar para ver. Christina bateu a porta de editoras no Rio e em São Paulo. Em 2003, seu primeiro livro "O Pretoriano" foi publicado pela Mundo Maior, da Fundação André Luiz, que acolheu o projeto.

Servidora há mais de 16 anos, lotada na Subsecretaria das Seções Especializadas do TRF, Christina explica que escreve seus livros como parte de sua missão espiritual. De família católica e kardecista, se descobriu médium aos 18 anos de idade. De início, psicografava mensagens curtas de parentes falecidos tendo até a caligrafia manuscrita do avô falecido reconhecida pela família. Depois de anos de preparação, após amadurecimento da mediunidade, seu mentor espiritual desencarnado Caio Fábio Quinto, finalmente, começou a manifestar as histórias, que Christina psicografa atualmente. Todas se transformaram em romances espíritas publicados.

De lá para cá, a servidora do TRF, de 46 anos, nascida em 4 de outubro, dia de São Francis-



co de Assis, viu sua rotina de trabalhadora, mãe e esposa se modificar. Com um livro publicado a cada ano – ao todo, já são seis – ela ganhou leitores até nos Estados Unidos. “O autor não tem noção do alcance da sua obra. Estou longe de ser uma escritora famosa e mesmo assim recebo e-mails de leitores até nos EUA. A gente não tem noção da vida, do caminho percorrido por um livro”, conta Christina Nunes, que cita Chico Xavier como exemplo.

Casada, mãe de dois filhos, a servidora acredita que a tarefa literária mediúnica é uma oportunidade de levar mensagens de paz e de amor às pessoas. “Nossa vida é muito atribulada. Muitas vezes bate um desespero e a gen-

A recepção foi boa e a partir daí, não demorou muito para a servidora pagar para ver. Christina bateu a porta de editoras no Rio e em São Paulo. Em 2003, seu primeiro livro "O Pretoriano" foi publicado pela Mundo Maior, da Fundação André Luiz, que acolheu o projeto.

te sucumbi. Os romances trazem conforto para as pessoas”, esclarece a técnica judiciária que se autodefine como não ortodoxa. “O ser humano é passível de erro. Em todas as religiões e doutrinas são seguidas por pessoas, por isso, seja no candomblé, no catolicismo, no budismo, no kardecismo, entre outras crenças, vamos encontrar erros”, pondera Christina.



Christina Nunes no lançamento do livro, Pacto de Amor Eterno, na Bienal de São Paulo

Discreta, a servidora diz que não é chegada a badalações. “Tenho respeito aos princípios alheios. Trabalho com católicos, judeus e evangélicos. Não preciso impor minha visão de mundo a ninguém. Converso sobre minha obra com os colegas que me procuram e buscam muitas vezes, mais informação sobre o assunto”, conclui.

Christina Nunes é mais um

personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta aos funcionários do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, o Prata da Casa tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuem talentos artísticos e literários.

* Da Redação.

Último livro foi lançado na Bienal no ano passado



O último livro "Pacto de Amor Eterno" foi lançado pela editora Lúmen, em 2010, durante a 21ª Bienal do Livro, em São Paulo. Conta o drama de Braccio, de família de campo-

neses e se passa no final da Idade Média, na ilha de Sicília, no Sul da Itália. Bracio e sua família terão que enfrentar o desafio de invernos rigorosos e a rivalidade do convívio com a família Lorenzo. O livro é a sexta obra mediúnica de autoria do espírito Caio Fábio Quinto, psicografado por Christina Nunes. Para a servidora, o papel da literatura espiritual é o de se levar uma mensagem de esperança e de maior fraternidade entre as pessoas. “Reconheço o ato de escrever como atividade pública. O essencial é cultivar o amor e o respeito entre as pessoas”, ensina.

Os livros da técnica administrativa Christina Nunes podem ser encontrados em grandes redes de livros. A servidora já prepara outra obra que deve ser lançada, na Bienal do Rio de Janeiro, programada para acontecer em setembro de 2011. As seis obras da escritora são: "O Pretoriano" (2004), "Sob o Poder da Águia" (2006), "Elysium" (2007), "Entre Jesus e a Espada" (2008), "Aparadores do Invisível" (2009), "Pacto de Amor Eterno (2010)". Toda renda adquirida com a venda de livros é doada para instituições de caridade. Já foram beneficiadas a Fundação André Luiz, a paróquia



Servidora tira foto com leitora durante a Bienal

Santa Rita de Cassia (Centro), Lar Frei Luiz, Aliança dos Cegos, entre outras. (Tatiana Lima)

Quem sabe o próximo Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.